

# O AMIGO DO POVO



Preço: R\$1,00

Jornal anarquista e sindicalista revolucionário

ANO II Nº 5

[oamigodopovo@inventati.org](mailto:oamigodopovo@inventati.org)

[www.oamigodopovo.noblogs.org](http://www.oamigodopovo.noblogs.org)

Brasil central, Abr/Mai/Jun de 2023

## Três meses do Governo Lula: frente ampla e neoliberalismo “progressista”

Jiren D.

Os três primeiros meses do governo Lula confirmaram a análise da edição passada de como o governo Lula seguiria a serviço da velha ordem política e econômica. A frente ampla com a esquerda e a direita, inclusive setores que compunham o governo Bolsonaro, mostra que toda a narrativa de “golpe” e “ameaça fascista” era apenas charlatanismo eleitoral.

Vinte anos se passaram desde o primeiro governo Lula (2003). Naquele contexto econômico-histórico, em que a democracia burguesa estava se estabilizando no pós-ditadura e o neoliberalismo estava se consolidando como a ideologia dominante no Brasil e na América latina, o PT se mostrou um partido viável para setores da burguesia nacional e internacional, por garantir a aceitação pacífica das reformas que seriam aplicadas, como as reformas da previdência e universitária, graças ao controle dos movimentos sociais e sindicais pelo reformismo do PT.

No momento em que Bolsonaro perdia apoio de setores importante da burguesia, Lula se mostrou útil para restabelecer a “paz e o amor” entre os poderes, a elite e a volta da normalidade burguesa e institucional, com controle de qualquer possível revolta popular. Para isso, o PT construiu uma grande frente ampla que vai da esquerda (PSOL, PDT e PSB) até a direita (centrão, PSD, União Brasil). Isso só foi possível fazendo muitas ofertas e muitas concessões

para as lideranças partidárias parasitas de cargos e verbas públicas.

A linha econômica do Governo Lula e de seu Ministro da Economia Haddad não é muito diferente do período Bolsonaro/Guedes, já que o cenário de ajuste fiscais, juros altos, inflação alta, baixos salários e privatizações não se alterou em nada. O que muda é apenas o discurso, adotando uma roupagem “progressista, identitária e inclusiva”,



na mesma linha dos EUA de Biden e da França de Macron. O discurso pode mudar, mas na prática a estratégia do petismo para gestão do Estado burguês brasileiro não é muito diferente daquela de seus adversários.

O salário mínimo vai subir apenas 18 reais, depois de muito descontentamento do eleitorado e pressão de alguns setores. Enquanto isso, o salário do STF vai subir quase 7 mil reais. Haddad prepara o “arcabouço fiscal”, um novo nome para a mesma política de austeridade do “teto de gastos”. Rui Costa não vai reverter privatizações (como a do metrô de BH). Na educação os grandes empresários (como o instituto Itaú-Unibanco e Instituto Lemman) estão

em cargos chaves no MEC e já ficou clara a falta de disposição para encaminhar a revogação do Novo Ensino Médio, que tem precarizado cada vez mais a vida de professores e estudantes das redes públicas.

Enquanto as queimadas da Amazônia batem recordes, a demarcação de terras indígenas não avança e a violência no campo e o trabalho escravo continua a crescer (como os recentes casos no RS e GO), o Governo Lula dá espaço para as lideranças do agronegócio (como a JBS) ampliarem seus negócios com a China utilizando a credibilidade do governo.

As principais movimentações dos 100

primeiros dias de governo foram “requerter” projetos do governo Lula 1 (como o Mais médicos) e apresentar medidas simbólicas para o aumento da representatividade e da “igualdade” para mulheres e negros. Discursos e gestos simbólicos foram tudo o que esse governo entregou para o povo até agora.

Além disso, o governo Lula já deixa suas marcas na desmobilização dos trabalhadores, como o caso da greve dos entregadores de aplicativos, em fevereiro, em que os trabalhadores saíram sem nenhuma vitória. Além disso, crescem os casos dos governistas sabotarem e atacar as lutas, como a recente nota do MST criminalizando a luta pela terra em Brazlândia (DF).

A única saída para os trabalhadores não é lutar contra fascismos e golpes imaginários, nem a favor de interesses políticos do governo, mas sim fortalecer a organização para lutar por seus próprios interesses como aumento de salários, por direitos e de forma independente do governo. Chega de ilusão com o governo Lula e com seus fantoches nos movimentos sociais e sindicais! ■

## Literalmente, dourando a pílula!

Antônio Galego

Depois de prometer a “volta da democracia” e da “cerveja com picanha”, a realidade começa a bater na porta. O aumento da repressão aos pobres e movimentos sociais desde janeiro provam isso: polícia faz chacina e mata 13 em São Gonçalo (RJ); Em Rondônia 3 camponeses da Liga dos Camponeses Pobres (LCP) assassinados; a Frente Nacional de Luta (FNL) tem 3 lideranças presas em SP; Os indígenas Guarani Kaiwoás de Mato Grosso do Sul sofrem repressão da polícia e jagunços com prisões e feridos. E a lista é longa...

Depois de tantas críticas e lutas contra o “teto de gastos” (chamado na época de PEC da Morte!), o anúncio do “novo arcabouço fiscal” pelo ministro da fazenda Fernando Haddad (PT) demonstra uma continuidade, com mínimas diferenças, da política fiscal em benefício do capital financeiro internacional. O governo garante aos ricos que se a economia deixar de crescer, quem vai pagar a conta são os pobres! Haverá ajuste fiscal e cortes! Os políticos, empresários e economistas aplaudiram o novo teto de gastos, e o que fez a “esquerda” diante do absurdo? Diferente da época de Temer, nenhum protesto registrado, eis a magia do governo atual!

O governo Lula se elegeu com a promessa de “reverter os retrocessos”, mas só entregou discursos e simbolismos que douram a pílula da mesma política anti-povo. Ainda pior são as consequências da política lulista no movimento sindical e popular: desmobilização, burocratismo e capitulação.

Os governistas (PT, PCdoB, PSOL, CUT, UNE, MST, etc.) dirão “a culpa não é do Lula”, “não existe correlação de forças”, vão encontrar mil desculpas. Mas se o problema é mais profundo, por que não reconhecer a incapacidade da via eleitoral para uma mudança real no Brasil? Por que mentir, se iludir, dourar a pílula, sobre uma política parlamentar dominada pela burguesia que nada mudou no fundamental? Por que, por fim, não reconhecer que o governo Lula/Alckmin, além de não ser a solução, é parte do problema e da continuidade desse sistema maldito que massacra e explora os trabalhadores?

Nessa 5ª edição d’O Amigo do Povo que tens em mãos, nós anarquistas revolucionários seguimos analisando e noticiando a realidade e a luta do nosso povo, com envios agora para todas as regiões do Brasil e todos os estados do centro-oeste, comprometidos com o único caminho que pode leva-lo a libertação: a revolução social. ■

## Os massacres nas escolas e a falência da nossa sociedade

Aurora

As notícias dos recentes massacres nas escolas tem chocado a sociedade brasileira. Aquelas notícias que pareciam que só existiam longe, nos EUA, estão se tornando uma realidade também aqui. Segundo dados da Unicamp, do total de 22 ocorrências desde 2002, 13 delas estão concentradas nos últimos dois anos. A análise sobre as motivações para tal barbárie é complexa pois envolve tanto elementos psicossociais como estruturais.

Não vamos nos debruçar sobre como se formou a subjetividade de cada um dos assassinos pois corremos o risco de cairmos em uma análise demasiado restrita. Por mais difícil que seja, pensamos que é importante pensar de um ponto de partida estrutural.

Acreditamos que um dos primeiros pontos a se desmitificar é a análise hegemônica da esquerda, patrocinada pelos *influencers* do PT/PSOL, de que tais fatos são diretamente derivados de 4 anos de “discurso de ódio” propagado pelo Bolsonarismo. Bem, por mais que não neguemos que existe uma proliferação de discursos de ódio, convém evocar uma análise materialista antes de confundir causa e consequência.

O discurso cria a realidade ou o contrário? Temos claro que todo e qualquer discurso nasce de uma realidade material. Se vivêssemos em uma realidade de paz, o “discurso de ódio” não se proliferaria tão facilmente. Entretanto, o Brasil vem construindo uma realidade de ódio ao longo dos últimos 30 anos com o aprofundamento do neoliberalismo. Em uma sociedade onde impera a guerra pela sobrevivência e o individualismo, os laços de solidariedade e coletividade são desestimulados. O discurso de ódio nasce daí, desse modelo de sociedade, e se prolifera neste contexto e não o contrário.

Convém também analisar a segunda parte da tragédia, a farsa das soluções. De um lado, os educacionistas vão defender que temos que fortalecer a escola, pois “foram anos deslegitimando a educação”. Do outro os autoritários, vão defender um maior aparato repressivo (rigor nas leis, mais polícias nas escolas, revistas diárias). Há ainda os charlatões que defendem que é apenas trocar os políticos que proliferem discursos de ódio por outros com discursos mais amorosos.

Todas as três soluções são idealistas e não resolvem o problema. Sobre os primei-



Van Gogh. Esgotado, lápis em papel, 1882.

ros convém lembrar que a escola, longe de ser salvação nesse quebra-cabeça do ódio, é apenas mais uma peça. Ela é fruto dessa sociedade. Nela se expressam todas essas mazelas sociais que estão em seu entorno. Os ataques a elas não são por acaso, afinal, é mais uma estrutura coercitiva da sociedade. Aos autoritários lembremos que o enrijecimento de leis, o aumento de forças repressivas, não garante uma realidade de paz. O Brasil tem a terceira maior população carcerária, perdendo apenas pra China e para os EUA! Sobre os últimos, não sejamos ingênuos acreditando em discursos bonitos enquanto estruturalmente as práticas são as mesmas.

O que precisamos é parar de buscar atalhos e sim construir uma ampla e profunda mudança da nossa sociedade, destruindo tudo aquilo que atende à lógica do capital, inclusive esse modelo falido de escola. Destruir a realidade de ódio para então destruir o discurso, e não o contrário. Canalizar o ódio social aos verdadeiros inimigos da liberdade e dignidade do povo. Conquistar a solidariedade e a igualdade de fato entre todos para então regenerar a moral social e individual. Construamos, enfim, a revolução, ou então teremos que nos acostumar a mais esta barbárie fruto do capitalismo que desestrutura nosso tecido social. ■

# Habitação no Distrito Federal: a luta por terra e moradia não pode parar!

Érico

Desde que Brasília foi inaugurada em 1960 a luta por terra e moradia no Distrito Federal é pauta urgente e atemporal. Lonalândia, Vila IAPI, Ceilândia, Samambaia, Gama, Sol Nascente e tantas outras cidades, localidades e bairros refletem a história das ocupações irregulares, desocupações, realocações e em suas raízes a violência policial aos mandos do Governo do Distrito Federal, nos despejos forçados às famílias que ocupavam terras com a demanda básica de ter um teto para viver e criar suas famílias.

A terra no Distrito Federal por vezes utilizada como tentativa de criação de uma base eleitoral dependente, no cabresto e refém de governadores (como foi Roriz) está sempre em disputa. Durante a pandemia de Covid-19, o setor de construção civil no DF disparou em crescimento, contrastando com o aumento das populações desabrigoadas e em situação de rua. Nesse período pandêmico, Ibaneis Rocha (MDB) ainda realizou operações de despejo a famílias, como no caso da “ocupação do CCBB” a poucos quilômetros da Praça dos Três Poderes.

Parceiro dos empresários e inimigo do povo, Ibaneis Rocha fez diversas reuniões com empresários do setor imobiliário, negociando mais áreas para investimentos milionários para a felicidade e lucro dos grandes empresários. Três casos se destacam: o bairro Urbitá em Sobradinho, o novo bairro do

Jóquei, vizinho de uma das regiões mais miseráveis do DF, e o último, a liberação de uma área na região do Park Sul, Guará. Em todos os casos, as habitações não serão destinadas a programas habitacionais nem para contemplar famílias socialmente vulneráveis.

Enquanto isso, em 2022 o GDF realizou derrubadas e tentativas de massacre contra a população. Como foi o caso do cerco da PMDF e GDF a ocupação do Movimento Resistência Popular na QNR 4 da Ceilândia. Ali, mais de 80 policiais fortemente equipados causaram cenas lamentáveis contra a população. A mídia local de Brasília não cobriu a operação, e só veicularam após crianças sofrerem com a violência policial.

E a perseguição a quem luta por terra e moradia tende a se intensificar. Um projeto de lei enviado à Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF)

nesse último mês pelo líder de governo de Ibaneis Rocha, Robério Negreiros (PSD) pretende criminalizar a luta por terra, atacando as pessoas que ocupam através do corte individual de programas sociais, de concursos públicos, de nomeações, de termos de fomento entre outros instrumentos jurídicos. A criminalização da luta por moradia também pode ser vista na perseguição como nos processos movidos a militantes e lideranças do Movimento Resistência Popular (MRP). As acusações vão desde a formação de quadrilha à absurdas acusações de tentativa de homicídio a agentes públicos.

Avaliamos que nesse cenário, a solidariedade com os companheiros perseguidos e a luta para inocentar os lutadores é parte importante do movimento e construção da luta. Os aparelhos de repressão e perseguição se sofisticam e ainda têm como operantes e aliados um “governo progressista” (PT) que cada vez mais se utiliza desses aparelhos para neutralizar, desmobilizar e acusar movimentos sociais e militantes, corroborando com a reação.

A união de setores marginalizados e a independência dos movimentos, em busca de resgatar a combatividade e a organização

pela base, apontando os erros das direções tradicionais e hegemônicas dentro dos partidos, movimentos sociais e sindicatos será crucial para indicar novos horizontes para a luta dos trabalhadores. Sair das armadilhas eleitoreiras, centralistas e autoritárias, construir junto ao povo um movimento forte por terra, moradia e trabalho, denunciando as contradições e construindo alternativas para a libertação do povo. Esta é a linha que se deve construir e seguir na luta, que não pode parar. ■



Despejo de ocupação do MRP na QNR 4 da Ceilândia, 2022.

## A REFUNDAÇÃO DA REVISTA RUPTURA COMO PARTE DA RECONSTRUÇÃO DO ANARQUISMO REVOLUCIONÁRIO NO BRASIL

Editorial Grito do Povo

Vivemos anos de conflitos, desorientação e instabilidade social, porém isto não seria algo novo, se não fosse o fato das organizações políticas da classe trabalhadora, de massas e vanguarda, estarem perdidas nesta conjuntura, pós pandêmica. No campo anarquista revolucionário não foi diferente, rachas, crises, desvios, degeneração e décadas de trabalho político desembocaram numa encruzilhada entre confluir com o caminho estabelecido nos meios da esquerda em busca da legitimação entre seus pares ou

romper com todas as distrações esquerdistas e seguir o caminho revolucionário em busca da legitimação perante o povo.

A revista Ruptura surgiu também num momento de crise como este, a partir de uma iniciativa do Laboratório de Estudos Libertários (LEL/RJ) e que posteriormente, nos anos de 2002 e 2003, se tornou um órgão da militância anarquista revolucionária o qual desembocou na fundação da União Popular Anarquista (UNIPA) e no resgate do Bakunismo no Brasil, hoje também em crise.

A refundação da Ruptura, tem não só o

objetivo de aglutinar aqueles e aquelas que se mantêm firmes à estratégia bakuninista de organizar as massas marginalizadas para através de greves e insurreições derrubar o Estado para que o povo assuma o poder, mas também que a revista seja um espaço para debate de ideias divergentes dentro da perspectiva bakuninista.

Para as companheiras e companheiros interessados em saber mais sobre a refundação da RUPTURA, no mês de maio será lançado o manifesto de refundação.

**Saudações revolucionárias! ■**

# Yvyrapygue:

## mais um broto da retomada de Laranjeira Nhanderu germina em território ancestral Guarani e Kaiowá

*Anarquistas em Dourados*

No dia 3 de março, mais uma parte de Laranjeira Nhanderu, território Guarani Kaiowá em Rio Brillante, Mato Grosso do Sul (MS), foi retomado com a força das rezas e dos encantados. A retomada foi batizada de Yvyrapygue, “árvore do tempo das origens”. Junto aos rezadores e rezadoras, a comunidade caminhou sob a madrugada desde a pequena faixa de 30 hectares de mata ciliar onde habitam desde a primeira retomada, em 2007, na direção da sede da fazenda que incide sobre a Terra Indígena e do descampado de soja recém-colhida, onde levantaram os primeiros barracos de lona.

No raiar do dia, policiais civis e militares se deslocaram para ameaçar e forçar um despejo ilegal – sem mandado –, atuando mais uma vez como segurança privados dos latifundiários e em benefício da expansão da soja. A Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) foi impedida de ingressar na retomada pela polícia. Como resultado da violência policial, três lideranças indígenas Guarani Kaiowá foram presas: Mboy Jeguá, conselheira da Kunhangue Aty Guasu; Ava Rendy, conselheiro da Aty Guasu; e Ava Jeguaka, conselheiro da Retomada Aty Jovem. As raízes do tekoha, entretanto, permanecem irremovíveis. O tekoha Laranjeira Nhanderu faz parte da Terra Indígena Brilhantepeguá, em fase de identificação para demarcação e homologação.

Ainda em 2007, após inúmeros ataques de segurança privados e dos fazendeiros do local, é aberto um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) entre o MPF e a FUNAI, que estabelecia a obrigação da entrega de relatórios de identificação e delimitação de Terras Indígenas no MS, incluindo Laranjeira Nhanderu, com o prazo máximo do dia 30 de junho de 2009. Em 2009, no entanto, o que ocorre é um despejo, obrigado a comunidade a viver na beira da estrada por 1 ano e 8 meses. Em 2011 a comunidade retorna para a área de floresta e em 2018 retomada mais uma parte do território ancestral. Em 26 de fevereiro de 2022, ocorre novo avanço da retomada através da ocupação de área da Fazenda do Inho que está sobreposta à Terra Indígena, processo que resulta em despejo ilegal e em brutal repressão em ação combinada entre Estado, latifúndio e a defesa do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), que ameaça deslocar centenas de assentados para a área da fazenda. A fazenda é propriedade de Raul das Neves Júnior, filho de Raul das Neves (“Portuga”). O primeiro é dirigente municipal do Partido dos Trabalhadores (PT) de Rio Brillante e foi recentemente defendido por Zeca do PT, que se posicionou publicamente a favor do latifúndio e contra os povos indígenas, desvelando a verdadeira face de seu partido.

A circunstância revelou a relação direta entre os interesses de latifundiários e das cadeias de exportação de commodities com o despejo e as práticas insidiosas dos políticos e fazendeiros da região. O despejo ilegal ocorrido em 2022 contra Laranjeira Nhanderu inaugurou um ano de massacres e execuções, mas também a intensificação das resistências

indígenas: após o assassinato do jovem Guarani Kaiowá Alex Lopes, o tekoha Jopara foi retomado em Coronel Sapucaia (MS); após o massacre de Guapo’y (Amambai/MS) e o assassinato de Vitor Fernandes Kaiowá, o território Guapo’y Mirin Tujury foi novamente retomado, assim como a retomada de Kurupi em Naviraí (MS) após ataques combinados entre polícia, latifundiários e pistoleiros. O ano se encerra com o assassinato brutal da rezadora (nhandesy) Estela Vera, que resistia ao avanço dos arrendamentos contra a retomada de Yvy Katu, em Japorã (MS).

Finalmente, no dia 3 de março de 2023, Laranjeira Nhanderu avança sobre a mesma área retomada no ano anterior, desta vez garantindo sua permanência, porém com o saldo de três prisões ilegais.

### Retomada firme como tronco de aroeira

A retomada de Yvyrapygue irrompe na primeira noite sem nuvens de semanas de chuva no MS. Mais um passo foi dado na recuperação do território ancestral de Laranjeira Nhanderu, caminho comemorado por Seu Olímpio, rezador (nhanderu) Kaiowá de 86 anos que foi o primeiro alvo da Polícia Militar na tentativa de despejo ilegal. A ação dos três presos impediu que o rezador fosse levado. Há meses,



Fotos: Resistência indígena na retomada de Laranjeira Nhanderu, MS, 2023.

a comunidade de Laranjeira Nhanderu vinha denunciando os ataques químicos, o envenenamento e o desvio do curso dos rios e córregos circundantes e que atravessam o Tekoha. Distintos problemas de saúde vinham sendo relatados por conta do consumo de águas contaminadas por agrotóxicos da Fazenda do Inho. Ao mesmo tempo, a comunidade, espremeida na área de mata e impedida de plantar, enfrentava dificuldades para a produção de seus próprios alimentos, cercados por um mar de soja e máquinas agrícolas.

A prisão das três lideranças indígenas Guarani Kaiowá é simbólica, considerando ainda que cada um faz parte de um conselho de base distinto das estruturas máximas de decisão de seu povo. Presenciamos uma nova

ofensiva latifundiária (e) Estatal-empresarial constatada na sequência de despejos ilegais, massacres e prisões/criminalizações contra os povos Guarani e Kaiowá. É um novo período de saque colonial para ampliar a acumulação capitalista e integrar os territórios ao mercado global.

Os governos de turno mudam, mas o extrativismo monocultor, as concessões e umbilical relação do Estado com o latifúndio e os herdeiros da colonização permanece intacta. A repressão contra a retomada de Yvyrapygue no dia 3 de março deste ano foi aplaudida de pé pelo governo de Eduardo Riedel (PSDB), intimamente vinculado ao Programa Nacional de Crédito Fundiário. Antonio Carlos Videira, secretário de Estado de Justiça e

Segurança Pública do MS, novamente mancha suas mãos com sangue, após comandar o massacre de Amambai em 2022. A liberação das lideranças a partir da audiência de custódia, após um dia e uma noite na delegacia, não atenua o acontecimento.

No retorno das lideranças presas ao Tekoha recebidas pelas rezas das nhandesy e nhanderu, em meio a efetivação da perícia antropológica em curso. Dessa vez, a nova retomada de Laranjeira Nhanderu permaneceu de pé, como raízes de Aroeira. Nos dias seguintes, a sede da fazenda foi retomada e o território está atualmente em poder Guarani Kaiowá, com a força das rezas e flechas que miram contra o poder do latifúndio. ■

## Memória e teoria

# 1º DE MAIO E A CENTRALIDADE DO TRABALHO PARA O ANARQUISMO

Aurora

**N**ós anarquistas quando nos referimos ao 1º maio costumamos lembrar os mártires de Chicago que deram sua vida pela justa luta em prol da redução da jornada de trabalho. Esta memória histórica, assim como de outras lutas contra a opressão dos trabalhadores, é fundamental para fortalecermos nossa identidade coletiva, para pensarmos nos desafios impostos para classe trabalhadora nos próximos períodos e também para situarmos o anarquismo onde ele deve estar: enquanto uma teoria e ideologia que tem como cerne a luta pela liberdade. Mas afinal, o que é liberdade para o anarquismo? O que a luta contra a exploração do trabalho tem a ver com ela? Quem são os principais sujeitos e coletividades que devem impulsionar esta luta?

## O papel do trabalho para a conquista da liberdade

Para respondermos tais questões vamos recorrer a Bakunin que cunhou uma importante reflexão sobre o tema. Para o russo, a liberdade estaria intrinsecamente ligada ao trabalho. Isto porque em sua concepção os seres humanos, ao contrário do que defendem os liberais, não nasciam livres. No início do mundo social estes se encontrariam em uma profunda dependência do mundo natural, o progressivo descolamento do mundo social para com o mundo natural, seria um processo a ser conquistado a partir do trabalho e do aprendizado próprio à sua realização.

A conquista da liberdade seria, portanto, inerente à natureza humana que em seu impulso de diminuir sua dependência para com a natureza procura modificá-la e transformá-la. Nesse processo se geram aprendizados que são tanto captados pelo indivíduo que realiza o trabalho, quanto pela coletividade que o circunda. Se tor-

nando independente, mas convém ressaltar que nunca completamente, da autoridade da natureza transformando-a (mas nunca dominando-a) para garantir a sua sobrevivência, os seres humanos estariam indo em direção da conquista da liberdade.

## O aprisionamento do trabalho e o papel da classe trabalhadora na luta pela libertação

Em suma, para Bakunin apesar da luta pela liberdade ser própria da natureza humana, a liberdade não é inata, mas sim algo conquistado a partir da articulação entre o trabalho e o pensamento (ação e reflexão, onde esta depende daquela). Entretanto, na nossa sociedade o trabalho foi aprisionado, a sua organização tem sido imposta aos trabalhadores, de forma contrária aos seus interesses e anseios. Os frutos do trabalho não voltam para o próprio trabalhador nem para sua coletividade. Nesta forma de organização social o trabalho deixa de ser libertação e passa a ser prisão e sofrimento.

Sendo assim, em nossa sociedade a luta pela liberdade é primordialmente uma luta pela libertação da exploração do trabalho. A luta pela libertação só pode ser impulsionada por um sujeito: a classe trabalhadora. Como afirmara Proudhon (2001, p. 30), “*se a reflexão, e por consequência a ideia, nasce da ação e não a ação nasce da reflexão, é o trabalho que deve prevalecer sobre a especulação, o homem de indústria sobre a filosofia [...]*”. Logo, os agentes primordiais da liberdade são aqueles que vivem do trabalho, ou seja, é na classe trabalhadora que reside a verdadeira potência de luta pela liberdade.



## Organizar a classe trabalhadora para alcançar a liberdade

O anarquismo surgiu no seio da classe trabalhadora, esta é uma ideologia/teoria da classe trabalhadora para a classe trabalhadora, logo, suas reflexões e ações não são por acaso. É por isso que os anarquistas historicamente sempre estiveram junto ao povo trabalhador, envolvidos em lutas pelos direitos dos que vivem do trabalho, organizando sindicatos, associações, greves, etc. Enquanto perdurar a subjugação do trabalho pelo Estado e o Capital é junto aos trabalhadores que deve estar.

Neste sentido, nesse 1º de Maio, mais do que evocar as memórias históricas convidamos os anarquistas a contribuírem e organizarem lutas junto ao povo trabalhador. Independentemente se o governo que temos é de direita ou de esquerda, se utiliza ou rejeita linguagem inclusiva, se é mais ou menos retoricamente simpático as causas populares, temos que ter em mente que nós lutamos pelo fim da opressão do trabalho e ela só virá com a abolição de todos os governos impostos de cima para baixo e com a abolição da propriedade privada dos meios de produção. Nós lutamos pela liberdade, nós lutamos com os trabalhadores! ■

# AS CLASSES SOCIAIS EM M. BAKUNIN

Rafael Saddi

Parte 2

**N**a primeira parte deste texto, defendemos que Bakunin percebeu que, ao longo da história humana, as sociedades se dividiram em duas categorias principais antagônicas: uma minoria de exploradores e uma grande massa de explorados. Que estas duas categorias formam dois mundos, duas vidas, dois seres sociais antagônicos.

Assim, para ele, o ser é o que ele vive. E cada ser individual vive sua vida não no vazio, no abstrato, mas em determinadas condições de existência. Cada mundo social (o mundo burguês ou o mundo operário, por exemplo) é formado por um conjunto de condições e hábitos de vida, ou em outras palavras, pela totalidade das relações sociais múltiplas e, ao mesmo tempo, regularmente convergentes que abrangem toda a vida real dos indivíduos que dele participam. Estas relações sociais (ou condições e hábitos de vida) são econômicas, sem dúvida, se distinguindo, para citar tão somente dois exemplos, em termos de ocupação (o trabalho muscular do operário x o trabalho nervoso e intelectual do burguês) e de fortuna (a abundância, a riqueza da burguesia x a miséria e até mesmo a fome do povo). Mas, não são somente econômicas, envolvendo o conjunto de relações sociais, a totalidade de condições e hábitos de vida que formam aquele mundo social, isto é, um modo específico de ser, uma maneira especial de existir, o que inclui também maneiras de sentir, pensar e agir. Ao falar da vida dos revolucionários doutrinários, Bakunin afirma:

*“Eles foram conduzidos à consciência revolucionária não pela vida, mas pelo pensamento a despeito de suas condições de existência. Comparada à vida insuportável de milhões de pessoas, a deles é boa e fácil. Mesmo a realidade estatista tão dura e tão cruel para o povo, toca-os de uma maneira muito mais amena e mais suave. Sua vida choca-se assaz raramente com circunstâncias, fatos da natureza a suscitar no indivíduo um ódio irredutível e uma incansável necessidade de destruir. Sua paixão revolucionária é sobretudo abstrata, cerebral, e é raramente séria”.*

Temos acima a essência do método materialista bakuninista, que vai da vida para o pensamento. Somada a muitas outras passagens, podemos resumir seu método do seguinte modo: 1) VIDA; 2) INSTINTO; 3)

PENSAMENTO. Existe a vida, a vida real, formada por um conjunto de condições de existência, condições e hábitos de vida, ou ainda, por um conjunto de relações sociais múltiplas, porém convergentes em cada mundo social (o mundo burguês ou o mundo operário). É na vida real que o indivíduo desenvolve suas necessidades vitais, ou instintivas.

Essas necessidades vitais ou instintivas são as necessidades mais profundas do seu ser, posto que correspondem diretamente ao que ele de fato vive, ao que ele sofre na própria pele. Todas as condições de sua vida os levam a esse querer. Elas não são ainda o seu pensamento, mas seus instintos. Não



são pré-meditadas, pensadas, nem necessariamente conscientes. Trata-se de um querer vital, instintivo, produzido diretamente por aquilo que ele vive de fato em tais condições e não em outras. São muito mais profundas, muito mais potentes, e muito mais verdadeiras, do que as necessidades do seu pensamento.

Assim, todo aquele que vive em condições de miséria e opressão deseja, por instinto, ainda que não por consciência, se libertar destas condições. A grande massa operária, “*quaisquer que sejam os preconceitos políticos e religiosos que se buscou e, inclusive, que se conseguiu em parte fazer prevalecer em sua consciência, é socialista sem sabê-lo; ela é, no âmago de seu instinto e pela própria força de sua posição, mais seria-*

*mente, mais realmente socialista do que o são todos os socialistas científicos e burgueses juntos. Ela o é por todas as condições de sua existência material, por todas as necessidades do seu ser, enquanto estes últimos, só o são pelas necessidades de seu pensamento; e, na vida real, as necessidades do ser exercem sempre uma força bem mais forte do que aquelas do pensamento, o pensamento sendo aqui, como em toda parte e sempre, a expressão do ser, o reflexo de seus desenvolvimentos sucessivos, mas nunca seu princípio. O que falta aos operários não é a realidade, a necessidade real das aspirações socialistas, é apenas o pensamento socialista.”* (A Política da Internacional).

O operário é e não sabe. O burguês sabe, mas não é. Qual é melhor? Ser. Pode-se sempre passar da vida para o pensamento, mas partir da ideia para chegar à vida é impossível. Em resumo, o mundo burguês é formado pela totalidade das relações sociais que formam a vida burguesa, de modo que a maneira de ser, de existir, de querer, dos indivíduos burgueses são opostas ao modo de ser, existir, querer e agir do povo. São burgueses não simplesmente os donos dos meios de produção, mas todos aqueles que vivem uma vida burguesa, isto é, que detém os privilégios da divisão social, tendo uma vida “boa e fácil” se comparada à vida insuportável das massas populares. São operários, “operários sérios”, como dizia Bakunin, não todo aquele que vende a sua força de trabalho em troca de um salário, mas todos aqueles que “*são realmente esmagados pelo peso do trabalho; todos aqueles cuja posição é tão precária e tão miserável que nenhum deles, a não ser sob circunstâncias completamente extraordinárias, podem nem ao menos pensar em conquistar para si mesmo, e apenas para si mesmo, nas condições econômicas e no meio social atual, uma posição melhor; tornar-se, por exemplo, um patrão ou um conselheiro de Estado*”. (A Política da Internacional).

Temos dois seres opostos, inclusive nos corpos físicos, inclusive em seus desejos mais profundos, em suas paixões, ainda que possam supostamente concordarem em pensamento. Eis que somente um deles pode almejar de fato, em todas as necessidades do seu ser, com todas as suas consequências, a revolução destrutiva que produzirá a sua própria emancipação. ■

# 10 ANOS DAS JORNADAS DE JUNHO

Érico

As Jornadas de Junho de 2013 certamente são um dos marcos mais relevantes para a história social e política do Brasil desde a virada deste século. O fenômeno social e político com características insurrecionais demonstrou a fúria e a força da população com os problemas sociais profundos e históricos do país. Colocou em xeque o mito da passividade do povo brasileiro, e também fez instalar as crises políticas nas diferentes escalas de poder do Estado, dos partidos, e dos sindicatos institucionalmente reconhecidos, e tensionou a luta de classes.

Diversas leituras foram feitas sobre o período, e é unânime na contextualização das demandas e insatisfações que a classe trabalhadora vinha acumulando com as instituições de Estado, e pontualmente com os anos de conciliação, aprofundamento de crises, imobilização que os governos petistas apresentaram. Naquele ano, ainda, a Copa das Confederações, evento teste para a Copa do Mundo da FIFA, e mais tarde, os Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro, faziam fervilhar a indignação dos trabalhadores nas ruas, ora pelos gastos bilionários destinados aos eventos, com claros interesses burgueses dos grandes veículos de mídias, mega empresas nacionais e internacionais e políticos; ora pela afetação direta causada pelos despejos a famílias que moravam nas redondezas das instalações esportivas.

De fato, as Jornadas de Junho tiveram alcances e anseios que ultrapassavam a lógica do imediato das reivindicações, como exemplo os 20 centavos em São Paulo, e também a lógica da escala nacional, não havendo pautas somente nacionais. As ruas foram

ocupadas e construídas coletivamente segundo, e em articulação as demandas regionais e nacionais. As manifestações embora ocorressem em maior proporção e quantidade nos estados da região sudeste – São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, dão sinais que tensões já ocorriam em outros estados e regiões do país. Como exemplo uma manifestação combativa ocorrido em janeiro de 2012 num município marginalizado do Entorno do Distrito Federal, Novo Gama (GO), contra as péssimas condições do transporte público que utilizavam para se deslocar ao Distrito Federal onde trabalhavam e estudavam, e as condições da GO-520.

Mas se fica evidente o caráter classista

essa esquerda é de que aqueles movimentos não representavam a classe trabalhadora, e era de origem burguesa e de direita contra um “governo popular”.

Como aponta Andrey Cordeiro Ferreira (2018) atores antagonísticos – lulismo-petismo e liberais – convergiam em suas opiniões sobre as jornadas de junho: havia o surgimento de uma sociedade civil conservadora e reacionária, segundo eles.

## As características das mobilizações e lições para pensar o futuro

As Jornadas de Junho apresentaram no horizonte a capacidade organizativa estratégica e as táticas para o enfrentamento nas grandes cidades brasileiras. A desobediência civil, a resistência ativa e ofensiva, a autodefesa e as ocupações foram táticas importantes para que se mantivesse constante as mobilizações e a resposta contra a violência policial e as ofensivas do Estado. Ferreira (2018) aponta que a intensidade com que as manifestações e as táticas supracitadas ocorriam, formando a lógica espacial de rede por todo o território, impedia que o Estado articulasse a capacidade de decisão rápida e que atingisse a todos os pontos do território com a mesma intensidade na ação defensivo-ofensiva das polícias.

O acúmulo dos descontentamentos e a independência dos coletivos e movimentos em relação aos partidos, sindicatos e do governo foram e são cruciais para que haja articulação política, de estratégia e tática para enfrentar as forças do Estado e as políticas impostas a classe trabalhadora e a desmobilização provocada principalmente pelos partidos políticos e movimentos satélites. ■



Foto: Manifestantes ateiem fogo no Itamaraty em 20 de junho de 2013

e combativo em que as pautas emergiam e faziam das ruas o lugar do povo, estremecido, o governo do PT e seus satélites (PSOL, PCdoB, CUT, UNE etc.) construíam uma narrativa e agiam de maneira a deslegitimar as mobilizações. Sem o controle das massas, sem a influência dos sindicatos oficiais e das entidades representativas, a primeira acusação insinuada e continuamente reforçada por

## A CRIAÇÃO DA FRENTE ANTIFASCISTA DO DF E O BECO SEM SAÍDA DA ESQUERDA

Antônio Galego

No dia 04 de março foi fundada a Frente Antifascista do Distrito Federal. A plenária foi convocada pelas entidades: CTB, CSP-Conlutas, PT, Policiais Antifascismo, MNLM, MPA, Comitê Abreu e Lima, Bem Viver, Sindsasc, Stiu. Apesar de tantas siglas, apenas cerca de 20 pessoas assistiam as falas repetitivas e os jargões da esquerda reformista. Foi um evento da burocracia.

Durante a plenária chegava-se a seguinte conclusão: que a tarefa da esquerda é "combater o bolsonarismo", "desbolsonarizar" o Brasil, e com esse programa "retomar o trabalho

de base e as ruas". Alguns iam além e falavam em "atrair a direita democrática", "defender o governo Lula" ou diziam que "junho de 2013 foi o início do fascismo". Todo esse ruído silenciava as necessidades e lutas concretas da classe trabalhadora (por terra, moradia, trabalho, etc.) que sequer foram citadas no evento.

O que justifica a criação de “frentes antifascistas” na realidade atual? Porque durante os governos Temer e Bolsonaro isso não foi feito e agora é tão importante? Por que não se fala em unidade pra impulsionar e radicalizar as reivindicações concretas do povo?

Pra nós está claro que: 1º) a frente serve na

prática para a defesa do governo burguês de Lula; 2º) Será incapaz de impulsionar as lutas do povo que naturalmente irão se chocar (não com o fantasma do "bolsonarismo"! mas com o governo atual; 3º) não sendo capaz de se ligar aos interesses materiais das massas, esse "antifascismo" está fadado a aprofundar a crise de aburguesamento e burocratismo da esquerda; 4º) por fim, toda a intenção de "retomar o trabalho de base", "ir pros locais de trabalho e periferias" com base nesse antifascismo governista e discursivo tende a ser ignorado, quando não rechaçado, pelas massas. Essa esquerda está refém de suas próprias contradições... ■

# OS EXEMPLOS DA LUTA CONTRA A REFORMA DA PREVIDÊNCIA NA FRANÇA!

Jiren D.

Omês de março foi marcado pelo aumento da radicalização e avanço da luta de classes na França. Os trabalhadores franceses lutam desde janeiro contra a reforma da previdência do “progressista” Macron, que pretende entre outros pontos aumentar a idade mínima de 62 para 64 anos. Nessa segunda reforma, por dificuldade de aprovação pelo parlamento, o governo Macron se utilizou de dispositivo especial para aprovação da reforma sem passar pelo parlamento, com isso os protestos e as greves voltaram a crescer e radicalizar por todo o país. O governo vem respondendo somente com repressão e prisão contra os manifestantes.

Essa revolta social na França vem sendo uma das maiores dos últimos anos e vem combinando táticas de greve geral em setores estratégicos como refinarias, transporte público, limpeza urbana, ferrovias, aeroportos, e contando com grande participação da juventude precarizada nos subúrbios das grandes cidades, combinando esses elementos com protestos combativos de caracteres insurreccionais como a tática black block e dos coletes amarelos, de certa forma resgatando de forma

instintiva um dos elementos centrais do sindicalismo revolucionário que é unir as lutas de base e de massa com uma linha insurreccional.

Os protestos já vem ecoando em toda Europa, nas Grécia e na Espanha já ocorreram manifestações em solidariedade a luta dos trabalhadores franceses que além da reforma da previdência lutam contra as consequências do

a classe trabalhadora francesa dá um grande exemplo de combatividade. Essa luta se junta à longa tradição coletiva de lutas da classe trabalhadora francesa, como a Comuna de Paris em 1871, o maio de 1968, as revoltas nos subúrbios de Paris em 2005 e mais recentemente os coletes amarelos em 2018-2019.

Na França existe minimante uma cultura militante de base, aonde mesmo os sindicatos reformistas majoritários com a CGT cumprem um papel “mínimo” na mobilização, diferente do Brasil aonde as grandes centrais como a CUT nunca mobilizam nada. Outra característica é a maior pluralidade das correntes e consequentemente um campo maior de dos movimentos sociais combativos, com dezenas de grupos anarquistas, sindicalistas revolucionários, trotskistas e comunistas revolucionários e antifas, que apesar dos seus limites e contradições acabam contribuindo para potencializar as lutas em momentos como esse.

Aos trabalhadores e revolucionários do Brasil cabe a missão de se solidarizar com a luta dos trabalhadores franceses e avançar no processo de luta e organização para também avançarmos a luta de classes por aqui. ■



Foto: barricada operária em frente à refinaria Total, 08 de fevereiro de 2023

aumento da carestia de vida no contexto pós-pandemia e como consequência também da guerra na Ucrânia.

A greve geral e os protestos crescem, não sabemos que vão conseguir ou não barrar a reforma da previdência, porém, mais uma vez

## LIBERDADE PARA ZÉ RAINHA E OS MILITANTES DA FNL



No dia 4 de março de 2023 a polícia de São Paulo prendeu José Rainha e Luciano Lima, ambos lideranças camponesas da FNL (Frente Nacional de Luta - Campo e Cidade). No dia 09 o militante Cláudio Ribeiro da FNL também foi preso.

As prisões foram feitas, não por acaso, logo após o Carnaval Vermelho, uma jornada de ocupações de terra protagonizada pelo movimento para pressionar o governo a realizar a reforma agrária. O Carnaval Vermelho mobilizou cerca de 1.500 famílias (mais de 5.000 camponeses) em

luta nos estados de Alagoas, São Paulo, Mato Grosso do Sul e Paraná.

Tais prisões têm a clara intensão pelas classes dominantes de criminalizar os líderes e militantes camponeses a partir de denúncias sem prova e sem possibilidade de defesa prévia para assim desmobilizar as combativas ações do movimento.

Enquanto os camponeses que lutam são presos, os fazendeiros que utilizam trabalho escravo, os latifundiários que expulsam os camponeses e os grileiros que surrupiam as terras indígenas continuam soltos, enriquecendo e aumentando seu poder político.

Esse e outros conflitos agrários que pipocam no país demonstram que a luta pela terra não poderá ser parada pela repressão nem pela cooptação dos governos. A luta pela terra é uma necessidade material e histórica do nosso povo, ela irá se reconfigurar, novos sujeitos e movimentos vão surgir, mas ela não vai parar enquanto o latifúndio não for destruído e a terra for livre.

Por isso, exigimos a imediata libertação de José Rainha, Luciano, Cláudio e todos os presos políticos da luta pela terra!

**Contra os desmandos dos ricos, a união dos de baixo! ■**